

16

Pesquisa sobre serviços e Planos Municipais de Saneamento Básico

No período de maio a agosto de 2010, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), através de sua equipe especializada, realizou levantamento junto aos Municípios brasileiros para detectar o cumprimento da Lei nº 11.445 (Lei Nacional do Saneamento Básico – LNSB), de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, quanto à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento.

O trabalho em questão demonstra que 66% dos Municípios têm seus sistemas de abastecimento de água operados por companhias estaduais, 28% pelas prefeituras, e o restante (aproximadamente 6%) por consórcios públicos ou iniciativa privada.

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, os resultados apontaram que 33% dos Municípios consultados são responsáveis por sua operação e administração, 32% estão sob responsabilidade das companhias estaduais e, o que é mais grave, 31% informaram não possuir serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários. Nesse segmento, a participação da iniciativa privada se restringe a 2,6%.

O modelo de gestão para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem urbana e manejo de águas pluviais, é predominantemente de responsabilidade das prefeituras, 84% para o primeiro e 70% para o segundo. No item drenagem urbana, 22,4% informaram não possuir esse tipo de serviço. A prestação dos serviços pela iniciativa privada, na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, totalizou 11,5%.

Quanto à situação dos Municípios em relação ao cumprimento do inciso I, do art. 9º, da Lei nº 11.445/2007, ou seja, a obrigatoriedade, indelegável, pela elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento, o levantamento em questão apresentou o quadro referencial básico exposto a seguir.

Decorridos mais de 3 anos e meio da vigência da LNSB, da totalidade dos Municípios, apenas 15,4% responderam afirmativamente ter concluído a elaboração dos seus Planos de Abastecimento de Água, 10,9% os de Esgotamento Sanitário, 12,8% os de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos, e 8,5% os de Serviço de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais. Apenas quatro capitais disseram que já haviam concluído os quatro planos: Fortaleza, São Luís, Belo Horizonte e Curitiba.

A avaliação crítica em relação aos Municípios que confirmaram ter concluído os seus planos de saneamento denunciavam que tais instrumentos não atendem plenamente, principalmente a Resolução Recomendada nº 75 e as Diretrizes para a Definição da Política e Elaboração do Plano de Saneamento Básico, do Ministério das Cidades, bem como o Termo de Referência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), como se pode observar a seguir.

A maioria não os elaborou com atuante mobilização social, algum tipo de diagnóstico participativo, estudos de viabilidade econômica e financeira, estudos para definição do modelo de gestão e dos entes de regulação e fiscalização, bem como composição do fundo de universalização, orientações para criação do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento e ampla discussão dos planos em conferências municipais.

Segundo as diretrizes do Ministério das Cidades:

A participação social é mecanismo indispensável para a eficácia da gestão pública e de suas políticas. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade. A participação no processo de elaboração do Plano deve ocorrer a partir **da mobilização social** e incluir divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico, além da capacitação para a participação em todos os momentos do processo.

De acordo com a mesma fonte orientadora, o plano de saneamento deve conter, no mínimo, entre outros, a análise do:

[...] modelo e a organização jurídico-institucional da gestão, incluindo as formas de prestação dos serviços, os instrumentos e o sistema de regulação e fiscalização, o sistema de cobrança, bem como as condições, o desempenho e a capacidade na prestação dos serviços, nas suas dimensões administrativa, político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, estrutural e operacional, e tecnológica.

Em função do exposto, a CNM recomenda que os planos de saneamento devam ser elaborados de acordo com a legislação vigente, normas e diretrizes, principalmente considerando que eles são instrumentos fundamentais na implementação da política de saneamento.

Resultados da pesquisa

Foram contatados 5.005 Municípios brasileiros (90%). O período de coleta dos dados se deu entre maio e agosto de 2010 pela equipe da Central de Atendimento Municipal (CAM), sob supervisão da área de Estudos Técnicos.

O processo utilizado foi a aplicação de uma pesquisa direta via telefone. As ligações foram feitas para todos os Estados, conseguindo um retorno de mais de 75% dos Municípios de cada UF, com exceção do Rio de Janeiro, onde se obteve um retorno de 15% de seus Municípios (Tabela A – Anexo).

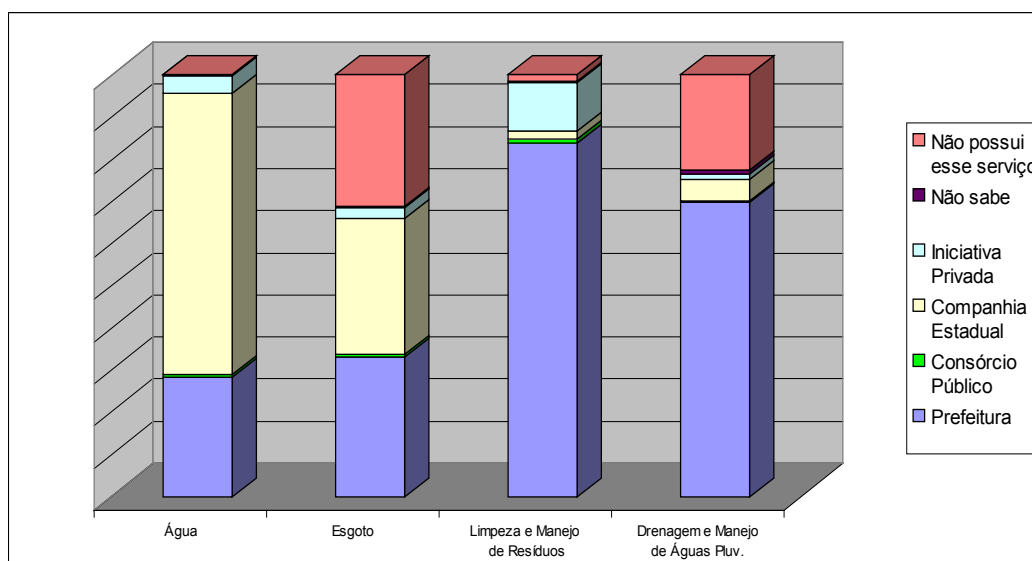
Foram coletadas informações completas de 4.967 (89,3%) Municípios, informações incompletas de 38 (0,7%) e não foi possível o contato com 558 (10%).

1. Sobre a administração dos serviços de saneamento nos Municípios

Tabela 1 – Administração dos serviços de saneamento básico

	Prefeitura	Consórcio público	Companhia estadual	Iniciativa privada	Não sabe	Não possui esse serviço
Água	1.444	31	3.400	217	5	65
Esgoto	1.689	27	1.632	136	17	1.584
Limpeza e manejo de resíduos	4.419	49	103	607	10	84
Drenagem e manejo de águas pluviais	3.523	14	261	60	59	1.130

Gráfico 1 – Administração dos serviços de saneamento básico



2. Sobre a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento

A pesquisa constatou que apenas 277 Municípios, dentre os 5.005 pesquisados, elaboraram os quatro Planos Municipais de Saneamento.

A Tabela 3 mostra, por Estado, a quantidade de Municípios que já estão com os quatro planos prontos. O Espírito Santo é o Estado com a maior proporção – 9 dos seus 76 Municípios possuem os quatro planos de saneamento prontos.

Muitos Municípios responderam que estão com seus planos em processo de elaboração, ou seja, em andamento: abastecimento de água (1.252); esgoto (1.330); limpeza urbana (1.184); e drenagem urbana (1.186).

Tabela 2 – Quantidade de Municípios que fizeram os planos

	Plano de Abasteci- mento de Água	Plano de Esgotamen- to Sanitário	Plano de Limp. Urb. e Man. Res. Sólidos	Plano de Drenagem Urbana e Man. Águas Pluviais
Totais Res- postas Positi- vas	771	548	643	423
%	15,4%	10,9%	12,8%	8,5%

Tabela 3 – Municípios que realizaram os quatro planos – por UF

UF	Municípios que elaboraram os quatro planos	Qtde. Municípios pesquisados	%
AC	1	20	5,0%
AL	6	87	6,9%
AM	4	50	8,0%
AP	-	12	0,0%
BA	13	361	3,6%
CE	12	164	7,3%
ES	9	76	11,8%
GO	6	225	2,7%
MA	10	174	5,7%
MG	45	798	5,6%
MS	4	75	5,3%
MT	5	129	3,9%
PA	6	113	5,3%
PB	7	192	3,6%
PE	7	164	4,3%
PI	1	184	0,5%
PR	27	384	7,0%
RJ	1	14	7,1%
RN	5	144	3,5%
RO	3	47	6,4%
RR	1	13	7,7%
RS	27	480	5,6%
SC	22	281	7,8%
SE	3	66	4,5%
SP	48	623	7,7%
TO	3	129	2,3%
Total geral	277	5005	5,5%

2.1 Elaboração dos planos de saneamento pelas capitais

Apenas quatro capitais disseram que já realizaram os quatro planos: Fortaleza, São Luís, Belo Horizonte e Curitiba.

Segue um quadro que inclui também aquelas que não souberam responder, as que estão

com os planos em andamento e as que não elaboraram nada ainda.

Tabela 4 – Capitais

Capitais	Plano de Abas- tecimento de Água	Plano de Es- gotamento Sanitário	Plano de Limp. Urb. E Man. Res. Sol.	Plano de Dre- nagem Urbana e Man. Águas Pl.
João Pessoa (PB)	Não	Não	Não	Não
Boa Vista (RR)	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Em andamento
Porto Alegre (RS)	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Em andamento
Rio de Janeiro (RJ)	Em andamento	Em andamento	Não	Não
Vitória (ES)	Não	Não sabe	Não	Não
Fortaleza (CE)	Sim	Sim	Sim	Sim
Belém (PA)	Não	Não	Não	Não
Florianópolis (SC)	Não	Não	Não	Não
Maceió (AL)	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Em andamento
São Luís (MA)	Sim	Sim	Sim	Sim
Recife (PE)	Não	Não	Não	Não
Belo Horizonte (MG)	Sim	Sim	Sim	Sim
Salvador (BA)	Não	Não	Não	Não
Curitiba (PR)	Sim	Sim	Sim	Sim
Rio Branco (AC)	Não	Não	Não	Não
Porto Velho (RO)	Sim	Sim	Não	Não
Aracaju (SE)	Não	Não	Não sabe	Não
Cuiabá (MT)	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Em andamento
Teresina (PI)	Sim	Sim	Em andamento	Em andamento
Goiânia (GO)	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
Palmas (TO)	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
São Paulo (SP)	Sim	Sim	Não	Sim
Manaus (AM)	Não	Não	Não	Não
Macapá (AP)	Não	Não	Não	Não
Natal (RN)	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
Campo Grande (MS)	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe

3. Sobre os processos para elaboração dos planos

Dos 771 que elaboraram Plano de Abastecimento de Água:

Com mobilização social	99
Com diagnóstico participativo	337
Com estudo de viabilidade econômico-financeira	112
Com estudo específico para definição do prestador de serviço	69
Com definição do ente de regulação e fiscalização	35
Com a instituição do fundo de universalização	26
Com a criação do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento	48
Com discussão ampla em conferência(s) municipal(is)	50
Com aprovação na Câmara Municipal	290

Dos 548 que elaboraram Plano de Esgotamento Sanitário:

Com mobilização social	79
Com diagnóstico participativo	173
Com estudo de viabilidade econômico-financeira	97
Com estudo específico para definição do prestador de serviço	60
Com definição do ente de regulação e fiscalização	25
Com a instituição do fundo de universalização	14
Com a criação do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento	40
Com discussão ampla em conferência(s) municipal(is)	43
Com aprovação na Câmara Municipal	236

Dos 643 que elaboraram Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:

Com mobilização social	108
Com diagnóstico participativo	112
Com estudo de viabilidade econômico-financeira	178
Com estudo específico para definição do prestador de serviço	93
Com definição do ente de regulação e fiscalização	44
Com a instituição do fundo de universalização	19
Com a criação do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento	55
Com discussão ampla em conferência(s) municipal(is)	65
Com aprovação na Câmara Municipal	281

Dos 423 que elaboraram Plano de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais:

Com mobilização social	57
Com diagnóstico participativo	88
Com estudo de viabilidade econômico-financeira	113
Com estudo específico para definição do prestador de serviço	51
Com definição do ente de regulação e fiscalização	27
Com a instituição do fundo de universalização	13
Com a criação do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento	41
Com discussão ampla em conferência(s) municipal(is)	34
Com aprovação na Câmara Municipal	202

Anexo

Tabela A – Total de Municípios pesquisados

UF	Qtde. de Municípios pesquisados	Qtde. Municípios no Estado	% Municípios pesquisados
AC	20	22	91%
AL	87	102	85%
AM	50	62	81%
AP	12	16	75%
BA	361	417	87%
CE	164	184	89%
ES	76	78	97%
GO	225	246	91%
MA	174	217	80%
MG	798	853	94%
MS	75	78	96%
MT	129	141	91%
PA	113	143	79%
PB	192	223	86%
PE	164	185	89%
PI	184	224	82%
PR	384	399	96%
RJ	14	92	15%
RN	144	167	86%
RO	47	52	90%
RR	13	15	87%
RS	480	496	97%
SC	281	293	96%
SE	66	75	88%
SP	623	645	97%
TO	129	139	93%
Total geral	5.005	5.563	90%

Tabela B – Serviço de abastecimento de água por Estado

Total de respostas = 5.163 (múltipla escolha)

UF	Prefeitura	Consórcio público	Companhia estadual	Iniciativa privada	Não sabe	Não possui esse serviço
AC	2		19			
AL	29		58	1		3
AM	40		11	1		
AP	2		10			
BA	81	3	276	14		9
CE	37		126	3	1	3
ES	21		52	6		
GO	21	1	201	4		1
MA	74	1	103	5		4
MG	237	3	552	24		
MS	6	1	61	6		1
MT	95			30		4
PA	56	1	55	7		6
PB	45		146	1		7
PE	30		135	1		2
PI	70		110	6		5
PR	47	3	332	8		
RJ	4		4		3	3
RN	30		113			5
RO	5	1	34	3		4
RR	2		12			
RS	171	4	295	29		4
SC	66	2	202	12		4
SE	7	2	57	2		
SP	247	8	344	34	1	
TO	19	1	87	25		
Total geral	1.444	31	3.400	217	5	65

Tabela C – Serviço de esgotamento sanitário por Estado

Total de respostas: 5.087 (múltipla escolha)

UF	Prefeitura	Consórcio público	Companhia estadual	Iniciativa privada	Não sabe	Não possui esse serviço
AC	7		5			8
AL	32		23	1	1	30
AM	24		5	1		21
AP	2		6			5
BA	117	5	110	4		135
CE	41		72	4		53
ES	35		33	5		5
GO	19	1	78	6	1	122
MA	42	2	30	1		99
MG	429	1	243	14	3	124
MS	8		38	6		23
MT	39			21		67
PA	44		14	3	1	52
PB	70		56	1		67
PE	81		54	1		33
PI	47		27	2		107
PR	50	4	182	6	5	147
RJ	6		2		3	3
RN	41		50	1		54
RO	6		11	2		27
RR	4		2			7
RS	179	4	117	10	1	178
SC	84	1	90	3	1	107
SE	24	2	12	1		27
SP	240	6	343	32	1	13
TO	18	1	28	11		70
Total geral	1.689	27	1.632	136	17	1.584

Tabela D – Serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Total de respostas: 5.272 (múltipla escolha)

UF	Prefeitura	Consórcio público	Companhia estadual	Iniciativa privada	Não sabe	Não possui esse serviço
AC	18		1		1	
AL	79	5		2		3
AM	46			5		1
AP	10		1	1		
BA	317	1	2	44	2	10
CE	130	3	4	35	1	2
ES	64		3	9		2
GO	208		2	20		6
MA	153		3	17	1	5
MG	757	8	16	32		7
MS	63	1	2	11		1
MT	120		1	10		4
PA	109			10		1
PB	181	1	1	10		4
PE	143		1	22		4
PI	163		2	23		4
PR	336	2	13	47		8
RJ	7		1		3	3
RN	123	4	2	19	1	2
RO	41	1	4	4		1
RR	11		1	2		
RS	378	12	10	134		6
SC	215	7	13	84		2
SE	58		1	5		3
SP	568	4	18	56	1	2
TO	121		1	5		3
Total geral	4.419	49	103	607	10	84

Tabela E – Serviço de drenagem urbana e manejo de águas pluviais

Total de respostas = 5.047 (múltipla escolha)

UF	Prefeitura	Consórcio público	Companhia estadual	Iniciativa privada	Não sabe	Não possui esse serviço
AC	15		3		1	2
AL	55		5			26
AM	32		1			17
AP	7					5
BA	220	2	16	3	5	117
CE	83	2	16	4	4	57
ES	60		6	1	2	8
GO	131		12	3	4	77
MA	86	1	6	2	4	76
MG	617		29	3	8	146
MS	56	1	4	4		11
MT	87		4	2	2	34
PA	82		2	3		27
PB	110		12	1	6	64
PE	115		8	1	1	38
PI	91		5	1	1	83
PR	313	1	28	4	2	42
RJ	7		1		3	3
RN	77		8		4	56
RO	26		4		1	16
RR	11	1				2
RS	365	1	26	9	2	86
SC	229	3	13	3	3	31
SE	51		4	2		11
SP	535	2	40	12	4	41
TO	62		8	2	2	54
Total geral	3.523	14	261	60	59	1130

Tabela F – Quantidade de Municípios que elaboraram os planos de saneamento por UF

UF	Plano de Abastecimento de Água	Plano de Esgotamento Sanitário	Plano de Limp. Urb. E Man. Res. Sol.	Plano de Drenagem Urbana e Man. Águas Pl.
AC	4	1	5	2
AL	15	9	11	7
AM	8	6	5	4
AP				
BA	49	31	31	21
CE	39	27	33	19
ES	14	14	15	11
GO	29	15	27	12
MA	26	14	25	17
MG	128	93	91	57
MS	8	8	12	7
MT	20	11	9	8
PA	19	12	13	10
PB	28	21	18	11
PE	25	17	21	10
PI	14	3	11	4
PR	74	47	86	57
RJ	2	1	1	1
RN	19	14	16	7
RO	10	7	6	6
RR	2	2	3	2
RS	67	49	63	44
SC	43	33	44	30
SE	6	4	6	4
SP	106	103	83	69
TO	16	6	8	3
Total geral	771	548	643	423

|Brasília, quinta-feira, 23 de setembro de 2010